



Contribuição da AEEP para a audição parlamentar “Reflexão sobre os Currículos da Escolaridade Obrigatória”

Em Portugal, a discussão curricular tem sido desenvolvida de forma esparsa, inconstante e legislativamente inconsequente. As alterações curriculares realizadas são, maioritariamente, marcadas pelas convicções pessoais de membros do governo ou dos grupos de curriculistas que lhes são próximos. Os principais agentes curriculares - os professores - e as suas organizações profissionais - as escolas - têm tido um papel secundário na conceção, avaliação e modificação do currículo embora sejam a si que compete implementá-lo.

O impacto das sucessivas alterações curriculares nas aprendizagens dos alunos é desconhecido mas a perceção da ineficiência e ruído associados às constantes pequenas ou grandes alterações é partilhada pelos associados da AEEP.

Estas considerações são válidas quer no tocante ao desenho curricular (disciplinas e tempos para cada uma), quer no tocante aos conteúdos programáticos.

Saliente-se conteúdo duas alterações legislativas recentes que criam um novo paradigma na gestão curricular e que, em nosso entender, devem ser mantidas e aprofundadas: (i) a previsão, no desenho curricular actual, de um espaço de liberdade para a escola decidir o que oferecer e (ii) o novo regime de autonomia e flexibilidade curricular estabelecido para o EPC e para as escolas estatais com contrato de autonomia, que prevê um espaço de liberdade de oferta curricular de 25% do tempo semanal e a possibilidade de organização do currículo ao longo dos anos e dos ciclos.

Além da possibilidade de criar ofertas disciplinares mais adequadas aos projetos educativos de cada escola e, logo, aos alunos que cada uma serve, este regime de

Direcção Nacional

Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
Avenida Defensores de Chaves, 32-1º Esq. – 1000-119 LISBOA
Tel: (351) 217 955 390/ 217 990 810 Fax: (351) 217 964 075
aEEP@aEEP.pt / www.aEEP.pt



autonomia e flexibilidade protege as escolas, seus profissionais e seus alunos dos "acertos" e "devaneios" curriculares do governo do momento.

Nestes termos, entende a AEEP que o currículo nacional atual deve ficar estável e sem alterações durante um período suficiente de tempo para que as escolas dele se apropriem e possam voltar a concentrar-se no essencial: o ensino.

Saliente-se que o desenho curricular, metas e programas em vigor, têm forças e fraquezas. Tal com os anteriores. Mas a liberdade e flexibilidade existentes permitem a cada escola corrigir o que entender necessário.

Daqui não resulta que a AEEP entenda não ser necessário uma profunda e contínua discussão curricular. Não só é necessária, como deve ser feita ao nível técnico e político. Contudo, esta discussão não pode ter como objetivo uma nova alteração curricular central, imposta a todas as escolas, todos os professores e todos os alunos. Deve ser uma discussão curricular séria e profunda, que capacite os agentes educativos para tomar melhores decisões curriculares; que permita o conhecimento de boas práticas e de opções que não resultaram; que crie uma maior dinâmica profissional no sistema educativo português. Só assim se afastarão as lógicas de conformação burocrática que ainda hoje impedem a inovação e a melhoria significativa da qualidade dos serviços educativos prestados a muitos alunos portugueses.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015